

PROJETO PARANÁ 2023-2026:

DESENVOLVIMENTO E IGUALDADE PARA TRANSFORMAR O PARANÁ

Gomyde e Eliza

GOVERNADOR
GOMYDE 12
VICE
ELIZA FERREIRA

POR QUE O PARANÁ E O BRASIL PRECISAM MUDAR

A mais aguda crise da história alcança todos os lugares do Planeta. Crescem a desigualdade, a catástrofe climática, e se estabelece um estilo de vida e modos de produção insustentáveis e danosos à vida humana e à natureza.

São diferentes cenários, todos críticos ao destino das futuras gerações. São inevitáveis e urgentes medidas transformadoras, seja de governança ousada, de uma nova geração de políticas públicas, de atitudes individuais e coletivas, de construir a sustentabilidade, assim como a de “selar a solidariedade entre os seres humanos e a natureza”. O perigo está no fazer mais do mesmo, na omissão ou no fazer pouco.

Diversos são os exemplos que reforçam esse diagnóstico, mas no Brasil, isso tudo é agravado pela negligência do governo federal e sua política do ódio, modelo este silenciosamente implantado pelo governo do Paraná com falso discurso de sustentabilidade. É necessária a urgente retomada do papel estratégico do Estado, tornando nossa terra um território da dignidade humana, referência em educação e inovação, bem como inclusão econômica, política, social, racial e cultural.

Sabemos que a economia mundial se transformou muito nos últimos 10 anos, mas os desafios permaneceram os mesmos, a economia brasileira e paranaense não cresceu o suficiente para superar o aumento da fome, da pobreza e a desigualdade social.

Medidas pontuais já não são suficientes, a alta da inflação, a desindustrialização, a dependência de insumos externos, a ausência de investimento em educação inclusiva de qualidade, precisam ser atacadas frontalmente por políticas de desenvolvimento eficientes, tanto na cidade quanto no campo.

Nosso maior desafio no Paraná nos próximos anos é conciliar a retomada de implementação de políticas sócio-desenvolvimentistas que acelerem um processo de transição rumo à prosperidade para todos, que seja sustentável, justa e democrática. Isto só será possível com um Estado ousado, solidário, inclusivo e criativo, no qual a inovação e pesquisa, o incentivo às novas economias e à reindustrialização sejam o pivô do desenvolvimento.

O Paraná precisa aprender com as regiões mais competitivas do mundo que estão cada vez mais dominadas por inovações que substituem recursos naturais não renováveis pelos talentos do ser humano como insumo básico das suas economias. Assim sendo, a vitalidade criativa e empreendedora das pessoas se transforma no ativo essencial que garante o aumento da produtividade das regiões e, por consequência, a crescente geração de renda e qualidade de vida das comunidades no mundo globalizado.

SOMOS A MUDANÇA REAL

As candidaturas que nós trabalhistas apresentamos como melhor opção para governar o Paraná são diferentes: são de personalidades reais, que dia a dia batalham para transformar o bairro, a cidade, o estado e o país em um lugar melhor para se viver.

Dedicação ao patrimônio pública, cuidado com o próximo, escuta sincera, empatia e capacidade de se adaptar são características essenciais de nossas lideranças, não podendo ser fabricadas com propaganda.

Nosso passado e presente são exemplares: a candidatura à presidência de Ciro Gomes e da vice Ana Paula Matos mostra nosso compromisso, com um Brasil justo, solidário e sustentável.

Aqui no Paraná apresentamos Ricardo Gomyde, valoroso companheiro com ampla experiência na gestão pública, para ocupar a vaga de Governador para os anos de 2023-2026 e a dedicada e combativa Eliza Ferreira para assumir o posto de Vice.

Aos poucos a velha economia caracterizada pela firma, o escritório presencial, a rígida hierarquia, o comando e controle, a posse, o gênio solitário, entre outros, vai desaparecendo e novas formas de produção e relações de trabalho surgem com modelos de negócios que apontam para um conjunto de novas economias: sustentável, inovadora, criativa, do conhecimento, circular e solidária.

A política também mudou. Precisamos radicalizar a democracia. A representação política como se dá atualmente é incapaz de dar respostas satisfatórias à pluralidade de nossa sociedade. Além do desenvolvimento de ferramentas mais modernas é necessário garantir o acesso a elas, permitindo a inclusão de uma parcela significativa da população, até então excluída. Só assim será possível vencermos a apatia e o descrédito com a política e despertarmos uma cidadania virtuosa e ativa.

Os desafios, velhos ou novos, são muitos. O Paraná precisa de uma gestão que seja capaz de participar novos tempos, ou seja, com criatividade, rapidez, participação, inclusão e honestidade.



QUEM É GOMYDE:

Ricardo Gomyde tem 52 anos, é filho de Gilberto Barreto Gomyde e Neusa Maria Crachineski, e pai de dois filhos. Nascido em Ibaiti, reside em Curitiba desde 1978.

É advogado, foi vereador por Curitiba, deputado federal e secretário estadual de Esporte. No Governo Federal, assumiu a Secretaria Nacional de Futebol no Ministério do Esporte e foi gestor da Copa do Mundo de futebol em 2014 e dos jogos olímpicos de 2016. Também foi candidato ao senado, em 2014, fazendo 12,51% (666.438) dos votos do Paraná.

QUEM É ELIZA:

Eliza Ferreira da Silva é advogada pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho e promotora legal popular, atuante na defesa de direitos humanos, em especial na promoção de igualdade racial e de gênero. É mãe de duas crianças, nasceu em Curitiba em 1986 e reside no bairro Barreirinha desde então. Sua família veio do interior do Paraná (Kaloré) para a capital na década de 80. Sua mãe era costureira, diarista e dona de casa, seu pai técnico em contabilidade.

Eliza é a primeira mulher negra de sua família a concluir o ensino fundamental em idade escolar e a ter uma infância longe do trabalho infantil.

Foi a primeira também em sua família a conquistar o sonho de exercer o que desejava como profissão.

**“QUEREMOS CORRIGIR O QUE
ESTÁ ERRADO, MELHORAR O
QUE ESTÁ BOM E FAZER O QUE
NUNCA FOI FEITO NO PARANÁ.”**

Ricardo Gomyde

**“FORÇA PARA RESISTIR,
INTELIGÊNCIA PARA CONQUISTAR
E DOÇURA PARA CONSTRUIR UM
PARANÁ MAIS JUSTO.”**

Eliza Ferreira

12 PASSOS PARA MUDAR O PARANÁ

Foram meses de trabalho, com ampla participação. Realizamos 6 seminários regionais, encontros temáticos, ‘Quartas Trabalhistas’ e recebemos centenas de contribuições. Desde o humilde agricultor até o especialista em tecnologia foram ouvidos e tiveram suas dores consideradas no diagnóstico que levou às diretrizes aqui apresentadas. Além disso, o saber técnico-científico teve um papel central no direcionamento de nossas propostas.

Todo o processo foi colaborativo, com forte inspiração nos processos de planejamento estratégico que ocorrem nas melhores organizações, e que permitem sempre uma efetiva construção coletiva.

Com a definição das candidaturas, novas contribuições foram recebidas e chegamos a uma proposta consistente que leva o Paraná para o futuro.

Como todo planejamento, a necessidade de aprimoramento é constante e ele será continuamente revisado para que nosso futuro, mais sustentável, justo e inclusivo seja sempre nosso norte.

Um projeto em constante discussão e construção, no qual todos podem participar.

“ESTAMOS CANSADOS DE SABER QUE NEM NA ESCOLA, NEM NOS LIVROS ONDE MANDAM A GENTE ESTUDAR, NÃO SE FALA DA EFETIVA CONTRIBUIÇÃO DAS CLASSES POPULARES, DA MULHER, DO NEGRO DO ÍNDIO NA NOSSA FORMAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL. NA VERDADE, O QUE SE FAZ É FOLCLORIZAR TODOS ELES”

Lélia Gonzalez

UM PARANÁ QUE TRABALHA: EMPREGO, RENDA E RIQUEZA



Nos últimos anos o Brasil tem perdido postos de trabalho e enfrentado dificuldades de gerar emprego. Segundo o IBGE, a falta de trabalho atinge 12 milhões de brasileiros, ou seja, existem 12 milhões de pessoas com idade para trabalhar que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. As principais consequências desse déficit são o empobrecimento da população, o aumento do subemprego e da informalidade e a desigualdade social.

Se uma parcela da população não está produzindo, o país está desperdiçando seu potencial de geração de riqueza e crescimento econômico. Os problemas que causam o desemprego são a mão de obra não qualificada, empresas fechando as portas e um ecossistema de inovação falho.

A taxa de sobrevivência de empresas no mercado no país diminui a cada ano, resistindo apenas 22,9% das empresas, segundo o relatório do IBGE “Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo”. No Paraná apenas 26,4% sobrevivem.

Apesar da contribuição da indústria para o PIB paranaense e para a geração de emprego, o Paraná vem sofrendo um processo de diminuição de sua indústria. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Paraná está em 5º lugar em termos do número de estabelecimentos com 42.897 indústrias e em termos da participação no PIB nacional, no entanto se considerarmos os números deste de 2009, houve uma diminuição de pelo menos 2 pontos percentuais, o que refletiu na perda de vários postos de trabalho.

Já, no campo da inovação, o Brasil se classifica em 62ª posição no ranking do Índice Global de Inovação (IGI). No sentido de estimular investimentos em pesquisa e desenvolvimento é urgente focarmos nas soluções de políticas públicas que gerem empresas, inovação e criem empregos sustentáveis à população.

As altas taxas de desemprego no Brasil 1,1% e Paraná 6,8% mostram que a atual política econômica brasileira não prioriza a geração de empregos e não garante níveis educacionais e funcionais de parcela importante da população para atender as necessidades do setor produtivo.

Além do mais, o desemprego funcional tende a crescer no nosso país em função das tecnologias de ponta que avançam rapidamente e dos novos modelos de negócios que necessitam de empreendedores e colaboradores atualizados em termos de técnicas de gestão eficazes para atuar em um contexto competitivo globalizado e com grandes incertezas. Empresas tradicionais com empresários

desatualizados, tecnologias obsoletas, trabalhadores com baixos níveis educacionais e de capacitação terão cada vez menos lugar no mundo do século XXI.

Do ponto de vista macroeconômico, as altas taxas de inflação e os baixos índices de crescimento só serão revertidos na medida em que o governo federal adote uma nova política que busque de fato e continuamente o desenvolvimento econômico sustentável com pleno emprego, tal como propõe o Plano Nacional de Desenvolvimento – PND.

Nesse contexto propomos as seguintes diretrizes para o governo do Paraná:

- Implantar políticas de reindustrialização alinhadas ao Plano Nacional de Desenvolvimento – PND defendido por Ciro Gomes;
- Criar um plano emergencial de geração de empregos alinhado ao PND;
- Reavaliar os incentivos fiscais existentes visando ampliar os investimentos públicos em infraestrutura, áreas estratégicas e sociais;
- Ampliar substancialmente os investimentos em ciência, tecnologias e inovações em áreas estratégicas – energias sustentáveis, complexo da saúde (inclusive medicamentos), etc. - bem como incentivar o setor privado a fazer o mesmo;
- Recuperar instituições estratégicas para o desenvolvimento do Paraná, tais como IDR e IPARDES, bem como valorizar o patrimônio público;
- Valorizar as empresas públicas estaduais para que voltem a ser peças chave do desenvolvimento, pois são do povo paranaense e devem agir olhando para os interesses da população;
- Estimular ambientes de negócios capazes de promover o surgimento e a consolidação de empreendimentos inovadores, competitivos e geradores de empregos;
- Investir nas novas economias - sustentável, inovadora, criativa, do conhecimento, circular e solidária - por meio da criação de redes estaduais de startups, aceleradoras, anjos investidores, mentores, espaços colaborativos de coworking e modelos de crowdfunding para alavancar recursos projetos inovadores;
- Compatibilizar a preservação do meio ambiente e os interesses do produtor rural;
- Incentivar o pequeno produtor orgânico, incluindo parcela significativa de sua produção na merenda escolar;
- Garantir uma boa infraestrutura de escoamento da produção;
- Apoiar os pequenos produtores e estimular a produção orgânica;
- Implantar uma política de renda mínima universal, em face da fome que assola parte da população, alinhada ao PND.

UM PARANÁ SAUDÁVEL: VIDA COM MAIS SAÚDE & BEM-ESTAR



Durante a pandemia da Covid-19, ficou evidente a importância da existência de um sistema de saúde bem concebido e desenhado tal qual o Sistema Único de Saúde (SUS): universal e gratuito. Cerca de 80% da população depende exclusivamente da saúde pública, o que mostra a urgente necessidade de seu fortalecimento e aperfeiçoamento de forma a atender adequadamente a população.

Nesta área a falta de medicamentos em função da dependência de insumos importados e as filas no atendimento das especialidades, muitas represadas em função da Pandemia mostram que velhos problemas precisam ser urgentemente atacados.

Para atender às demandas crescentes na área da saúde propomos as seguintes diretrizes:

- Fortalecer, reestruturar e reorganizar o Sistema Único de Saúde (SUS) no Paraná;
- Desconcentrar os serviços do SUS em todas as regiões do Paraná e qualificá-lo com novas tecnologias, formação de recursos humanos e fortalecimento da saúde preventiva. Deste modo será possível ampliar a qualidade e a resolutividade da atenção primária, secundária e terciária e buscar a excelência no cuidado em todo o estado;
- Ampliar o apoio do governo estadual aos municípios para a gestão da saúde local e assistência à saúde e fortalecer tecnicamente as regionais de saúde para a função de coordenação de redes de atenção;
- Organizar registro eletrônico único de saúde em todo o estado e ampliar o fomentar a pesquisa e a inovação em saúde;
- Implantar parcerias e consórcios e custeio compartilhado pelo menos um centro de especialidade regional em cada uma das mesorregiões do estado;
- Eliminar o subfinanciamento do sistema de saúde e promover a eficiência no gasto público através da implantação de mecanismos efetivos de controle, supervisão e avaliação.

UM PARANÁ EM MOVIMENTO: INFRAESTRUTURA MODERNIZADA & LOGÍSTICA ADEQUADA



As transformações em processo na economia mundial no que se refere às tecnologias de informação e comunicação (TICs) exigem um reposicionamento mais ativo por parte do Estado do Paraná no que se refere à melhoria da infraestrutura tradicional e na implantação das novas infraestruturas baseada principalmente na Internet das coisas. Uma maior produtividade e competitividade da economia local vai depender de quão bem-sucedidos seremos nessa área.

A falta de habilidade do atual governo estadual em promover uma adequada gestão rodoviária, em especial quanto às concessões (os pedágios deveriam ter sido licitados em 2021) do anel de integração rodoviário, fará com que a próxima gestão tenha que conduzir a nova licitação. Além das obras do novo Anel de Integração, as demais obras e projetos precisam ser analisadas e viabilizadas, prezando pela qualidade e pela sustentabilidade.

A verdadeira parceria público-privada é a melhor forma de viabilizar estes projetos.

Assim sendo, propomos:

- Defender um preço de tarifa justo e que possa ser arcado pela população e setor produtivo nas concessões;
- Revisão do modelo do pedágio que existia e do atualmente proposto para propiciar um valor inferior a R\$ 5,00;
- Agir diferente do atual governo em todas as obras e projetos que precisam ser analisadas e viabilizadas, prezando pela qualidade e pela sustentabilidade;
- Avaliar todas as obras planejadas e em andamento com base em critérios de sustentabilidade social, econômica e ambiental;
- Complementar o ramal da Ferroeste a Oeste até os estados de Mato Grosso e Santa Catarina, e a leste, melhorar o acesso ou construir outro ramal em direção ao Porto de Paranaguá;
- Transformar a infraestrutura digital do Paraná na melhor do Brasil em termos de velocidade, eficiência e preço tanto para o setor educacional, trabalho on line, empresas, cidades e regiões;
- Desenvolver verdadeiros modelos de parcerias público-privadas para viabilizar os projetos de infraestrutura e logística.
- Incentivar e induzir o uso de energias renováveis e limpas;
- Desenvolver o potencial hidroviário;

UM PARANÁ SUSTENTÁVEL: MEIO AMBIENTE, ENERGIAS RENOVÁVEIS E O NOVO DESENVOLVIMENTO



A preservação, conservação e recuperação do meio ambiente é premissa necessária de todo o desenvolvimento atual. Nos dias atuais não é possível admitir a falsa oposição entre reindustrialização, infraestrutura, agricultura, desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente. No entanto, as oportunidades decorrentes desta visão sustentável de desenvolvimento têm sido negligenciadas e usadas como peças publicitárias em nosso estado.

A sustentabilidade, face indissociável de uma nova economia, é a oportunidade de reestruturação do desenvolvimento com geração de empregos, inovação nos processos produtivos e um melhor relacionamento entre as pessoas e com o meio ambiente.

Neste sentido é necessário um olhar especial para a **água**, haja vista a recente crise hídrica e a contaminação de suas fontes, seja pelos resíduos domésticos e industriais impropriamente descartados, ou pela contaminação via agrotóxicos e metais pesados provenientes da agroindústria e da mineração, seja com a ocupação e uso indevido do solo, com a poluição do ar com a queima de combustíveis fósseis ou mesmo das mudanças climáticas que afetam o regime de chuvas. No caso da crise hídrica temos consciência de que chegamos a este ponto crítico por falta de planejamento. Agora é hora de agir.

Porém não podemos deixar de, ao mesmo tempo, promover a utilização de energias limpas e reduzir a utilização de combustíveis fósseis.

Assim sendo, estabelecemos as seguintes diretrizes, considerando nossa defesa intransigente ao meio ambiente:

- Implantar o programa estadual Cultivando Água Boa, para cuidar das nascentes dos nossos rios e promover a educação ambiental, inspirado no projeto criado pela empresa Itaipu, em 2003, com excelentes resultados para toda aquela região;
- Investir em projetos sustentáveis, face indissociável de uma nova economia, pois é a oportunidade de reestruturar o modelo atual de desenvolvimento com inovações e geração de empregos com alto valor agregado;
- Promover a utilização de energias renováveis e reduzir a dependência de combustíveis fósseis, em acordo com os compromissos internacionais como a Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
- Melhorar a eficiência dos serviços e buscar a universalização no atendimento de água e em especial do acesso ao esgoto tratado;
- Tornar o Paraná referência em energias renováveis, incentivar as fontes para geração de energia elétrica limpa e acessível;

- Implantar programa de redução da geração de lixo (Lixo Zero0, alterando a lógica de sua produção de modo a promover a conscientização do consumo, o reaproveitamento, a reciclagem, a compostagem e a destinação adequada dos resíduos domésticos e industriais gerados;
- Criar critério de sustentabilidade para as compras públicas em âmbito estadual;
- Implantar um índice de desenvolvimento sustentável das cidades paranaenses;

5

UM PARANÁ DE CIDADES CRIATIVAS: PRESENTE E FUTURO GARANTIDOS



As cidades mais competitivas do mundo atualmente estão cada vez mais dominadas por inovações que substituem recursos naturais não renováveis pelos talentos do ser humano como insumo básico das suas economias. Assim sendo, a vitalidade criativa das pessoas se transforma no ativo essencial que garante a competitividade das cidades e, por consequência, a qualidade de vida das comunidades no mundo globalizado.

Neste contexto, as estratégias de desenvolvimento das cidades visando posicioná-las no patamar de cidades inovadoras requer uma série de novos instrumentos que garantam a retenção de talentos, capacitação de jovens empreendedores e pessoas criativas, atração de empresários e de investidores inovadores, diversificação da matriz produtiva e principalmente ampliação da diversidade social e fortalecimento de projetos culturais e de lazer.

Empresas nascentes inovadoras, mão de obra educada e qualificada, ampla e eficiente infraestrutura de conectividade, produtividade elevada, geração de renda e emprego e qualidade de vida são algumas das principais características das cidades competitivas contemporâneas.

As atuais transformações urbanas se baseiam principalmente nas culturas locais e na diversidade social que impulsionam modelos de negócios colaborativos em ecossistemas com boa infraestrutura de conectividade e novas formas de financiamento. As pesquisas também demonstram que o potencial das novas economias encontra-se não apenas nas tradicionais regiões da cidade, mas também em bairros mais distantes, que apresentam maior carência de postos de trabalho e oportunidades.

Políticas públicas inovadoras e parcerias público-privadas têm sido utilizadas em todo o mundo visando estimular as iniciativas de projetos e empreendimentos locais. Assim sendo, a expansão das novas economias passou a estar cada vez mais ligada à dinâmica econômica dos territórios e ao desenvolvimento regional e local.

Nossas diretrizes para o desenvolvimento das cidades criativas paranaenses são as seguintes:

- Investir na retenção, capacitação e atração de jovens talentos pois são os ativos mais importantes das cidades criativas;
- Implementar políticas urbanas das cidades criativas, tais como: zoneamentos atualizados, revitalização de áreas e construções degradadas, distritos criativos, centros culturais e de exposições, salas de cinema, preservação do patrimônio histórico, bibliotecas modernas, projetos de audiovisual e museus;
- Ampliar os investimentos em cultura e apoiar projetos culturais em todas as regiões paranaenses pois a cultura local é o ativo estratégico das cidades criativas;
- Estimular a execução de Planos Integrados Metropolitanos incluindo as áreas de turismo criativo, cultural, inteligente e sustentável;
- Garantir a infraestrutura de conectividade para todas as cidades com velocidade, eficiência e baixos preço para promover o desenvolvimento de projetos e empreendimentos das novas economias.
- Incentivar a economia local, adotando estratégias para promoção dos produtores e prestadores de serviços locais;

6

UM PARANÁ EXEMPLO NA EDUCAÇÃO: UMA REVOLUÇÃO EDUCACIONAL INCLUSIVA



A educação é uma das principais ferramentas para o desenvolvimento de um país. Todavia, o Brasil está em 57º lugar no ranking mundial de avaliação da educação. O sistema de ensino público apresenta vários problemas de ensino, aprendizagem e infraestrutura. Apesar do aumento da verba para a educação, nos últimos anos houve um avanço tímido quanto à qualidade da educação pública. Em especial, a pandemia contribuiu para o agravamento das condições de ensino e aprendizagem, trazendo à tona problemas antigos como baixa alfabetização, aumento do abandono da escola e queda do aprendizado.

Os dois maiores problemas da educação brasileira hoje são a evasão escolar, a baixa qualidade do ensino e a baixa proficiência.

A evasão escolar acontece sobretudo pelos motivos de desinteresse em estudar ou trabalho. O relatório da UNICEF mostra que entre as crianças de 11 a 14 anos fora da escola 37% alegam o “desinteresse em estudar”. Mas também é importante destacar que 3.510 crianças dessa faixa etária estavam trabalhando ou procurando trabalho, ainda que o trabalho formal seja legalizado apenas a partir dos 16 anos. Importe destacar que a evasão atinge principalmente as crianças em situações mais vulneráveis. A maioria fora da escola era composta por pretas(os), pardas(o) e indígenas, somando 70% do total de evasão. E 61,9% dessas crianças e

adolescentes fora da escola viviam em famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

Com a pandemia de COVID-19, o problema de acesso aos conteúdos do ensino remoto e o agravamento da pobreza fez com que os números de crianças fora da escola que vinham diminuindo desde 2016 voltassem a aumentar. E em novembro de 2020 a evasão escolar no país atingiu mais de 5 milhões de alunos. Especificamente no Paraná a nota do Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) destaca que 83 mil crianças de 6 a 17 anos não frequentam a escola, correspondendo a 4,4% da população total dessa faixa etária no Estado. Portanto, também é necessário apresentar soluções para enfrentar essa crise que a situação sanitária gerou no sistema educacional.

No Estado do Paraná os dados do Ideb (indicador que monitora a qualidade da Educação nacional e o fluxo de alunos) demonstram uma deficiência do sistema de ensino quanto ao aprendizado do aluno. A situação de 63,8% das escolas se encontra em atenção ou alerta, com o indicador de aprendizado abaixo da média. Na área de língua portuguesa 59% dos alunos de ensino médio estão em nível básico (precisam melhorar com reforço) ou insuficiente (apresentam pouquíssimo aprendizado e é necessária a recuperação de conteúdos). Já na área de matemática os alunos nestes níveis preocupantes é de 91%. Dos alunos que chegam até o final do ensino médio público, apenas 41% apresentam aprendizado adequado em Português. Esse resultado é ainda pior em matemática pois somente 9% dos alunos do terceiro ano do Ensino médio apresentam aprendizado adequado.

Assim como o Brasil, o Paraná precisa adotar soluções mais ousadas para atacar os problemas centrais da educação. Nossas diretrizes para a educação são as seguintes:

- Transformar o Paraná no estado com a menor taxa de evasão escolar do país no ensino médio nos próximos quatro anos;
- Colocar o Paraná na primeira posição nacional em número de alunos do ensino médio em tempo integral nos próximos quatro anos;
- Ampliar o ensino médio profissionalizante em tempo integral, por meio da adoção do modelo “Minha Escola, Meu emprego, Meu negócio”, com a oferta de estágios remunerados, conforme previsto no PND;
- Ampliar os investimentos na recuperação e expansão das universidades estaduais;
- Valorizar os professores e demais profissionais da educação, das Universidades Estaduais;
- Recompor os quadros de funcionários das Universidades Estaduais;
- Rediscutir e revisar a atual Lei Geral de Universidades que fere a autonomia universitária;
- Discutir e garantir a permanência universitária e as políticas assistenciais de restaurantes universitários e casas de estudante;

- Investir no mínimo 2% da receita tributária anual em pesquisa científica e tecnológica conforme previsto no artigo 205 da Constituição Estadual;
- Implantar um programa de recuperação escolar para todos os alunos do sistema público atingidos pela pandemia.

7

UM PARANÁ MAIS SEGURO: INTELIGÊNCIA E INTEGRAÇÃO



Nos últimos anos o país se tornou ainda mais inseguro e violento. Vivemos com medo, seja na cidade grande, seja em um pequeno município. O crime organizado se expande dia a dia em muitas cidades, chegando a dominar os presídios.

No entanto, a política de liberação de armas e da autodefesa promovida pelo governo federal provou que não é o caminho para a diminuição da violência e da criminalidade. Muito pelo contrário: na esteira da cultura do ódio, temos visto a banalização da vida. Quanto mais armas, mais violência e mais mortes.

Precisamos mudar este cenário, proteger a população e conter a criminalidade melhorando as condições dos presídios, observando os direitos fundamentais de toda pessoa, mas agindo com rigor no controle da criminalidade interna, com forte incentivo ao bom comportamento interno e aos bons profissionais do sistema. Ao mesmo tempo, reconhecer a fundamentalidade da educação, que escolas de tempo integral, a cultura do cuidado e da oportunidade, especialmente em relação à juventude, como caminho de vida certamente tornará a sociedade mais segura.

Considerando esses desafios propomos as seguintes diretrizes:

- Atuar contra a política de liberação de armas e da autodefesa promovida pelo governo federal;
- Proteger a população e conter a criminalidade, com maior investimento e qualificação das forças de segurança e implantação de um efetivo sistema de policiamento comunitário de proximidade;
- Melhorar a articulação e coordenação das ações das forças de segurança;
- Reestruturar os equipamentos e investir em tecnologia de segurança;
- Valorizar as condições salariais dos policiais através da reposição que não ocorrem há mais de 6 anos;
- Realizar concursos para ampliar o efetivo;
- Ampliar o atendimento às vítimas de violência sexual;
- Fortalecer as estratégias preventivas e educativas em relação à discriminação, conscientização e combate às drogas;

- Ampliar a especialização da segurança no campo;
- Promover a pesquisa e inovação a partir dos dados do sistema de segurança pública;
- Reduzir a zero do número de presos em delegacias;
- Combater o crime organizado com inteligência;
- Cuidar da saúde física e mental dos profissionais de segurança pública;
- Melhorar as condições dos presídios observando os direitos fundamentais de toda pessoa, mas agindo com rigor no controle da criminalidade interna;
- Investir na prevenção e no estímulo a cultura da paz.

8

UM PARANÁ ATENTO: INCLUSÃO, RESPEITO E SEGURANÇA ALIMENTAR



Com a volta ao mapa da fome, o Brasil e o Paraná têm um grande e urgente desafio. A segurança alimentar deve ocupar o centro das atenções de todas as entidades federadas, juntamente com a erradicação da pobreza e a garantia de vida digna para todas as pessoas. Em um país - e, ainda mais, em um Estado - em que se destaca a produção de alimentos, não se pode admitir que grande parte das pessoas que nele vivem tenham dúvida se terão as três refeições diárias.

Esse problema central encontrou de um lado; a alta da inflação em especial a dos alimentos e da energia que atingiram a população do estado como um todo e de forma desproporcional a população mais pobre que proporcionalmente tem nos alimentos e no transporte uma proporção mais alta de sua renda, quando ela ainda existe. Conforme revela o Mapa da Pobreza publicado recentemente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em junho 2022, aproximadamente 1,9 milhões de paranaenses vivem com menos de R\$ 500,00 ao mês hoje. Ou seja 17,6% dos paranaenses vivem exatamente com uma renda mensal de R\$ 497 reais. Somente na próspera Curitiba, cerca de 11,88% da população vive na margem da pobreza. Já na região metropolitana, a população em situação de pobreza aumentou para 18,49% nos dias de hoje. Segundo ainda a mesma pesquisa, os piores resultados do Paraná estão na região norte central, e do Norte Pioneiro, com 22,27% das pessoas na margem da pobreza.

A atenção social a grupos vulnerabilizados exige políticas públicas específicas para promover a igualdade material. A compreensão formal da igualdade já demonstrou servir apenas para a manutenção e aumento de desigualdades. Isso é incompatível com o projeto da Constituição de 1988, que impõe a promoção do bem de todas as pessoas, a erradicação da pobreza e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

As ações afirmativas, discriminações positivas dirigidas a superar discriminações concretas, devem atingir todos os grupos que se mostram excluídos, seja da elaboração de análises e propositura de soluções, seja do alcance da distribuição da renda produzida no Estado. A população em situação de rua, por exemplo, crescente em face ao empobrecimento provocado pela inflação e pelo desemprego, demanda atenção especial, bem como a população trans, negra, as pessoas com deficiência e os idosos.

Uma das formas de dar conta da atenção social com ampla cobertura e inclusão plena de todos os grupos, é a adoção de uma renda mínima universal. Com o mesmo sentido da renda básica defendida no Plano Nacional de Desenvolvimento, a medida deve ser adotada também em âmbito estadual, como complemento à política nacional de garantia de condições de vida digna. Como renda universal, não haveria condicionantes para o seu recebimento, o que reduziria bastante os custos com o controle da concessão do benefício.

Nossas diretrizes para esses segmentos são os seguintes:

- Criar o Programa Paraná Dignidade, com estabelecimento de uma renda estadual mínima, temporária e complementar aos programas federais, que permita ao trabalhador recolocar-se no mercado de trabalho através da capacitação profissional;
- Revisar as políticas de desonerações e reduzir a verba destinada a publicidade para garantir a efetividade do Paraná Dignidade e da renda estadual mínima;
- Priorizar programas voltados para a população de rua nas cidades paranaenses, tais como abrigos, restaurantes populares, moradias e capacitação pessoal e social;
- Criar instituições especializadas no acolhimento a população trans, vítima de discriminação e violência;
- Promover medidas ao acesso amplo à educação e ao emprego;
- Reservar vagas em concursos públicos para a população negra, bem como disponibilizar programas educacionais para o enfrentamento do racismo, valorização histórica e políticas afirmativas;
- Incorporar no processo educacional a participação das populações negra e indígena na formação do povo paranaense;
- Criar a rede paranaense de proteção aos idosos;
- Implementar políticas para pessoas com deficiência, para além da concretização da cota garantida constitucionalmente, em especial na questão da ampla acessibilidade urbana, equipamentos de lazer e meios de transporte coletivo e individual, incluindo órgãos públicos.
- Promover a “Vida no trânsito”, com ações educacionais, de engenharia e de fiscalização em parceria com os municípios, escolas e outras entidades no sentido de reduzir o elevado número de acidentes de trânsito;
- Isentar a retificação de registro civil para pessoas trans;

- Ampliar o programa de habitação, propiciando moradias populares dignas e acessíveis, garantindo a disponibilização de redes e entradas de energia, água e saneamento, centros de serviços de públicos e comerciais, e acesso ao transporte coletivo;

9

UM PARANÁ POR INTEIRO: VALORIZAÇÃO REGIONAL E SUAS POTENCIALIDADES



No contexto das novas economias, para valorizar todas as regiões do Paraná e identificar suas potencialidades, vamos conhecer suas riquezas culturais, artísticas, criativas e turísticas.

As regiões mais desenvolvidas do mundo que atualmente implementam projetos transformadores constroem suas agendas com estratégias de longo prazo e com o envolvimento de governos, setor privado e sociedade civil.

Para que isso seja possível é necessário investigar quais são os segmentos das novas economias mais promissores a serem estimulados em cada região do Paraná utilizando metodologias que considerem todas as suas características: econômicas, sociais, históricas, culturais, ambientais e turísticas.

No caso do Paraná, considerando sua robusta e capilar rede estadual universitária, esse trabalho pode ser realizado em parceria com as universidades e institutos de pesquisa devido a suas competências em pesquisa e desenvolvimento.

Lembrando, no entanto, que a maioria das novas economias – sustentável, inovadora, criativa, do conhecimento e circular - também fortalece as empresas de outros segmentos – indústria, serviços e agroindústria – por meio de investimentos em intangíveis (pesquisa e desenvolvimento, *software, design, marca*), que passam a ter maior capacidade de criatividade, inovação e sustentabilidade na geração de novos produtos, processos, serviços e sistemas. Esse é o poder do impacto transversal dos empreendimentos das novas economias na economia como um todo.

- Incentivar os profissionais das novas economias do Paraná;
- Fomentar novos arranjos produtivos regionais e transformar as universidades, institutos e parques tecnológicos em verdadeiros protagonistas do desenvolvimento regional;
- Valorizar todas as regiões do Paraná por meio da identificação de suas potencialidades territoriais em termos de riquezas culturais/étnicas, artísticas, criativas, turísticas, econômicas, sociais, históricas e ambientais;
- Utilizar a excelente competência técnica e científica da rede estadual universitária para a construção de projetos de desenvolvimento regional das novas economias;

- Apoiar a constituição de Observatório das Novas Economias - sustentável, inovadora, criativa, do conhecimento, circular e solidária - do Paraná;
- Estimular a criação de rede paranaense de startups;
- Consolidar a melhor rede estadual de infraestrutura de conectividade digital do país.
- Atualizar, adequar e efetivar Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná, para garantir um efetivo desenvolvimento sustentável, planejado que considere as dimensões de infraestrutura, econômicas, sociais e ambientais.
- Reestruturar e valorizar o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT) como efetivo instrumento de planejamento e participação social.
- Ampliar o subsídio do transporte para todas as regiões metropolitanas, criando critérios claros de divisão dos recursos para cada região, de forma a garantir uma tarifa acessível e suportável pelos usuários;
- Melhorar a infraestrutura e os serviços de transporte metropolitanos disponibilizando internet grátis, iluminação adequada e número de adequado de veículos.

10

UM PARANÁ JUSTO E IGUALITÁRIO: A POLÍTICA COMO SUBSTANTIVO FEMININO



O Brasil nunca foi exemplo de participação feminina na política, mas nos últimos anos os índices ficaram ainda mais baixos. A mesma lógica de invisibilidade de mulheres se deu no governo do Estado e na prefeitura da capital. A ausência de representação de grupos minorizados traz efeitos simbólicos, com o reforço de uma mentalidade de que a política é feita por e para apenas um tipo de pessoa, mas também se reflete no conteúdo das decisões políticas e das políticas públicas.

Faz-se indispensável a criação da Secretaria Especial das Mulheres no âmbito estadual, bem como a garantia da nomeação de um secretariado paritário. A paridade de gênero também deve estar presente na nomeação de cargos em comissão e na indicação para os tribunais. As mulheres devem, ainda, participar ativamente da elaboração, execução e avaliação das políticas públicas de planejamento familiar, direitos reprodutivos, educação infantil e básica, mobilidade, moradia, transporte. Não deve haver em todo o Estado salários diferentes para a mesma função.

As diversas formas de violência contra as mulheres devem ter um enfrentamento imediato. Não é admissível que as mulheres que escolheram o Paraná como seu lar vivam com medo, medo de sair, medo de voltar para casa, medo de se manifestarem. Agentes de segurança pública devem ter treinamento especial para fazer cessar qualquer manifestação ofensiva e também para atender

mulheres que forem registrar ocorrências nas delegacias. Na área da saúde, uma atenção especial aos direitos reprodutivos é necessária para promover dignidade para as mulheres. Para as mulheres em situação de vulnerabilidade, a garantia de moradia ou acolhimento e de renda mínima é medida essencial.

Para impulsionar a geração de renda e melhorar ao mesmo tempo a sociedade e a vida das mulheres, o estímulo ao empreendedorismo é um caminho virtuoso. Os empreendimentos criados pelas mulheres são negócios menores, tendem a estar no setor de serviços, têm mais alta taxa de sobrevivência, utilizam capital menor, porém têm mais dificuldades para acessar recursos financeiros, humanos e capital social.

Propomos as seguintes diretrizes:

- Criar a Secretaria Especial das Mulheres;
- Criar a Secretaria Especial da Igualdade Racial;
- Desenvolver mais e melhores políticas afirmativas e de combate ao racismo como a implantação do SOS Racismo, fazendo efetivamente incidir multa administrativa para o racismo;
- Garantir a nomeação de um secretariado paritário bem como em cargos em comissão e na indicação para os tribunais;
- Garantir os mesmos salários para homens e mulheres nas mesmas funções;
- Enfrentar contra as diversas formas de violência contra as mulheres de maneira efetiva;
- Treinar os agentes de segurança pública para fazer cessar qualquer manifestação ofensiva e também para atender mulheres que forem registrar ocorrências nas delegacias;
- Promover atenção especial aos direitos reprodutivos das mulheres como requisito da dignidade humana;
- Garantir moradia ou acolhimento e renda mínima para as mulheres em situação de vulnerabilidade;
- Impulsionar a geração de renda das mulheres por meio do empreendedorismo feminino utilizando novos instrumentos, tais como: Banco Digital da Mulher Empreendedora do Paraná, premiações das mulheres empreendedoras, cursos especiais de capacitação gerencial, eliminação da burocracia pública de atendimento às mulheres empreendedoras pois elas dispõem de menos tempo para fazer funcionar seus negócios.

UM PARANÁ TRANSPARENTE: O PODER PÚBLICO COMO PODER EM PÚBLICO



A cultura do sigilo é contrária a um governo republicano. Um estado que já teve diários secretos e um país em que o sigilo virou moeda corrente para atos e fatos de interesse público, a recuperação da transparéncia na gestão pública é tarefa urgente. Mas não basta seguir as exigências do direito fundamental de acesso à informação pública, colocando os dados em páginas oficiais.

Para que o povo paranaense possa acompanhar a atuação dos poderes públicos, é preciso levar em consideração que a maior parte das pessoas acessa a internet via celular, assim, as informações devem ser apresentadas em aplicativos em que a visualização em telas pequenas seja comprehensível. Também a linguagem precisa ser adaptada para que qualquer pessoa consiga entender o que está sendo disponibilizado.

Também é necessário ampliar a participação ativa da população nas decisões na elaboração do orçamento do Estado.

Nossos diretrizes para essa área são as seguintes:

- Realizar uma reforma administrativa efetiva fazendo cortes em despesas desnecessárias;
- Reequilibrar as contas públicas;
- Ampliar a quantidade e qualidade da participação dos cidadãos nas decisões da construção do orçamento anual do estado com transmissão digital;
- Realizar concursos públicos com real verificação de conhecimento e aptidão e garantia de estabilidade, contra cargos de livre nomeação e exoneração por parte de gestores;
- Aprofundar a transparéncia na gestão pública utilizando aplicativos via celular com banda larga gratuita em todo o estado;
- Disponibilizar totens para consultas em praças, equipamentos públicos e terminais de ônibus podem servir de incentivo ao controle do cidadão sobre a atuação de agentes públicos;
- Garantir uma governança democrática com paridade de gênero no secretariado e com efetiva participação de pessoas de grupos minorizados.

UM PARANÁ PARA O PRESENTE E PARA O FUTURO: A JUVENTUDE NA POLÍTICA E POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE



Os anos de governos descompromissados com uma sociedade mais justa e igualitária levaram ao descrédito da juventude paranaense na política. O elevado número de jovens entre 16 e 18 anos que se juntou ao eleitorado, no entanto, nos permite ser otimistas em relação às eleições de 2022 e, principalmente, ao trabalho de reconstrução da política nacional que irá se seguir.

Desde logo, é preciso que as pessoas jovens sejam incluídas na elaboração, execução e acompanhamento das políticas públicas dirigidas à juventude. Ou seja, o diagnóstico dos problemas, a eleição de prioridades, a construção de soluções e a avaliação das ações. Essa é uma das ações principais para uma nova forma de fazer política. Pensar o desenvolvimento sem a sociedade do futuro é impor antidemocraticamente opções às gerações que virão. Isso inclui a participação de jovens nos cargos do secretariado, de assessorias e nos conselhos.

Como pontos fundamentais, defendemos que a política educacional, para a superação das deficiências no ensino e no aprendizado, deve incluir visão crítica e preparo para o exercício profissional, com opção para o ensino em tempo integral, com a prática de esportes e oferecimento de atividades culturais nos estabelecimentos educacionais.

Mais especificamente nossas diretrizes para a juventude são as seguintes:

- Incluir efetivamente a juventude na elaboração das políticas públicas dirigidas à juventude;
- Incluir a participação de jovens nos cargos do secretariado, de assessorias e nos conselhos, não apenas no Conselho da Juventude;
- Incluir no ensino em tempo integral as práticas de esportes e atividades culturais;
- Oferecer cursos técnicos, por meio de parcerias com o governo federal, Sistema ‘S’, empresas estatais e privadas em todo o estado;
- Expandir as universidades estaduais com políticas de permanência;
- Priorizar as ações de segurança pública e a política de saúde relacionadas à juventude, principalmente a juventude periférica, visando um desenvolvimento igualitário;
- Criar um programa estadual “Portal do Futuro” com ações voltadas para a juventude paranaense.

O MAIS IMPORTANTE: PARANÁ, ESTADO DE DIREITOS E RESPEITO

O Paraná é um estado plural. Formado por pessoas vindas de muitos lugares, por vontade própria ou por força, e por pessoas que já estavam aqui, o Paraná apresenta-se como um caleidoscópio de cores e culturas. Apesar dessa pluralidade, a construção histórica se deu no sentido de uma certa homogeneidade cultural.

Costuma-se afirmar que não houve escravidão no Paraná, em face da mão de obra vinda de países europeus. No final do século 18, no entanto, aponta-se que 20,35% da população da Lista Nominativa de Habitantes era formada por pessoas cativas, indígenas e negras. Ao final do Império, foram registradas 10.564 pessoas escravizadas no estado em uma população total de 126.722 habitantes. Apesar da redução, a população negra ainda era superior a todas as outras etnias consideradas individualmente. Ainda assim, houve um apagamento dessas populações, sem o reconhecimento em praças e homenagens.

É necessário recuperar essa dimensão simbólica. Mas, para além disso, é preciso promover uma alteração das mentalidades, incorporando no processo educacional a participação das populações negra e indígena na formação do povo paranaense e adotar, de maneira efetiva, políticas públicas dirigidas para a superação das desigualdades étnicas. É preciso urgentemente fazer cessar a violência contra o povo negro, reconhecer os territórios quilombolas e demarcar as reservas indígenas, e destinar uma política pública de distribuição de renda para garantir condições de vida digna.

Na questão de gênero, as mulheres do Paraná têm salários menores e mais horas de trabalho, apesar de ostentarem maior nível educacional. Participam ativamente no mercado de trabalho, mas não estão em posição de igualdade nos cargos de direção. Os índices de violência contra as mulheres são preocupantes. Após uma significativa melhora entre 2019 e 2020, o número de feminicídios aumentou no último ano. O mesmo aconteceu com o número de estupros informados às autoridades policiais, com o Paraná estando acima da média nacional. Maioria da população e do eleitorado, as mulheres do Paraná ainda sofrem com violência física, simbólica, moral e patrimonial.

Curitiba é o 10º município do país em violência contra a população LGBTI+. Com uma expectativa de vida mais baixa e com demandas específicas de empregabilidade, saúde, esporte e educação, é preciso que o governo do Estado e a Assembleia Legislativa adotem medidas de curto, médio e longo prazo, com a participação de seus representantes em todas as fases.

As pessoas idosas, riqueza de um povo, não estão sendo atendidas com a atenção necessária pelo poder público e pela sociedade. Em 20 anos, projeções da pirâmide etária do estado mostram um aumento na população idosa em comparação a jovens e pessoas adultas, o que nos coloca um duplo desafio:

cuidar de quem já está em idade avançada e preparar um sistema de atenção plena para o futuro, com atenção especial para a digitalização dos serviços públicos de modo a não excluir essa parcela da sociedade.

Finalmente, as crianças paranaenses merecem um olhar especial. Responsáveis pelo futuro, são titulares de direitos - saúde, educação, moradia, alimentação, lazer, meio ambiente equilibrado. As crianças têm direito ao futuro. Pensar na cidadania do amanhã, tomando decisões que garantam uma vida melhor imediatamente mas sem sacrificar o futuro, deve ser o compromisso dos poderes públicos.

O Paraná é plural, mas seus governos não têm sido assim. As opções políticas por apenas uma parte da população, com a defesa de interesses parciais, não fazem jus à diversidade de etnias, culturas, contribuições da população que aqui vive. Está na hora de um novo Paraná, um Paraná que respeite todas as pessoas que aqui nasceram ou que escolheram aqui morar.

NOS VEMOS EM BREVE

Junte-se a nós neste movimento. Continuamos firmes no propósito de acolher problemas e propostas para a resolução que cada desafio que se apresenta em nosso estado.

O Paraná é terra fértil no qual o trabalho sério e comprometido sempre é recompensado com uma bela colheita. Que ela seja justa, inclusiva, inovativa, democrática e referência para o Brasil e para o mundo!

”

**“DEVEMOS FAZER O DESENVOLVIMENTO PARA
O HOMEM E NÃO CONDICIONAR O HOMEM À
SUA PRÁTICA. A GRANDE REVOLUÇÃO A QUE
ASPIRAMOS, A QUAL, AO NOSSO ENTENDER,
PRECEDE A DO PRÓPRIO PROGRESSO
ECONÔMICO, É A EDUCAÇÃO DO Povo.
UMA REVOLUÇÃO QUE LIBERTE O Povo DO
ANALFABETISMO E DA IGNORÂNCIA.”**

Leonel Brizola

”

**"SÓ HÁ DUAS OPÇÕES
NESTA VIDA: SE RESIGNAR
OU SE INDIGNAR. E EU NÃO
VOU ME RESIGNAR NUNCA."**

Darcy Ribeiro